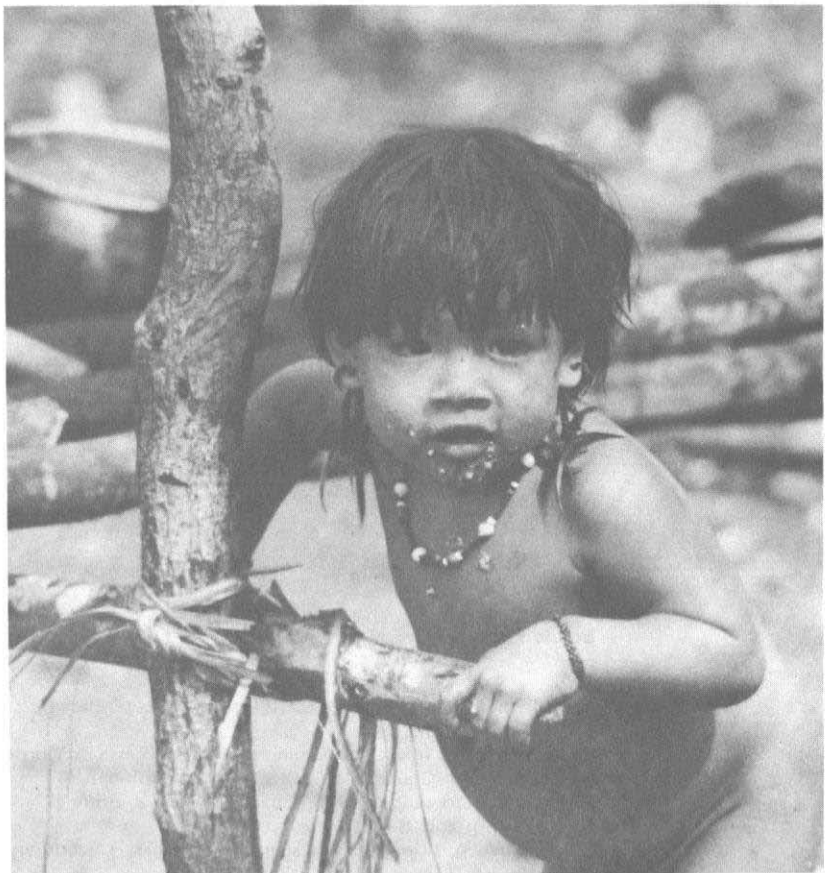


PARA UMA EVANGELIZAÇÃO A PARTIR DOS POVOS INDÍGENAS

● DOCUMENTO DE BOGOTÁ ●



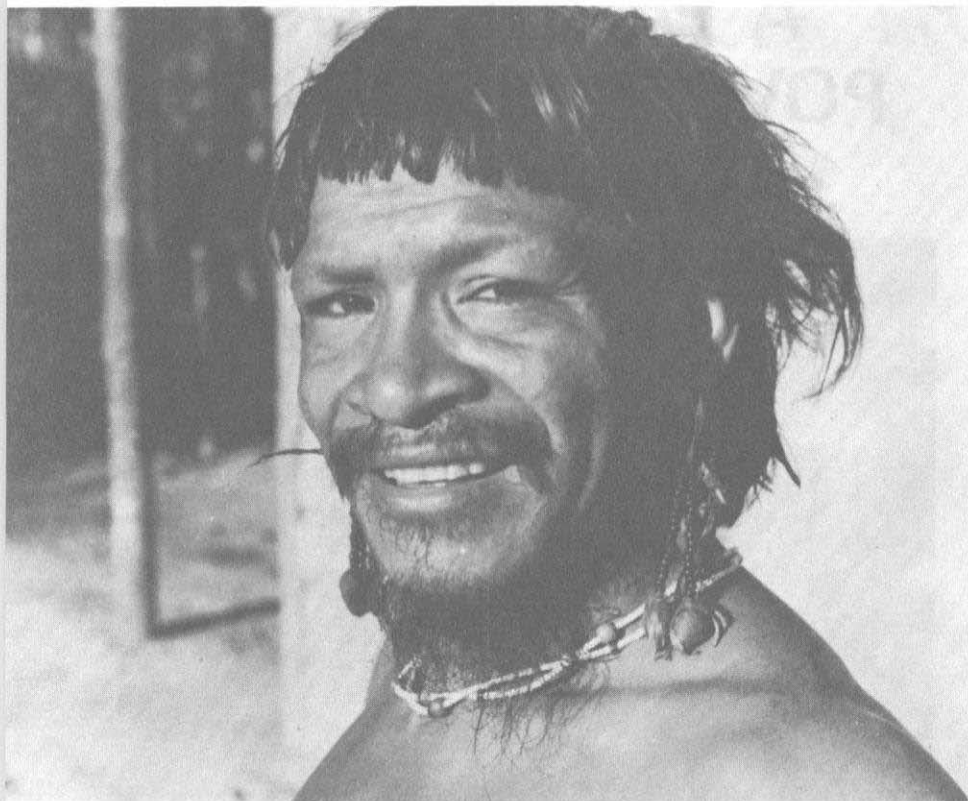
CNBB/CIMI | CEDI - P. I. B.
DATA 25/08/86
COD J120001

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Caixa Postal 13.2067 – CEP 70.401 Brasília/DF

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Caixa Postal 11.1159 – CEP 70.084 Brasília/DF



Programação visual:
Eraldo Fonseca

Fotos:

Fritz Tschol: capa, prefácio e p. 12 (todos *Araweté*, Brasil);
p. 5 (*Xikrin*, Brasil).
Paulo Suess: p. 3 (*Mapuche*, Chile); p. 10 e 16 (Festa do Corpo
de Deus, Patzun/Guatemala); p. 18 (*Aymara*, Bolívia).
Antonio Eguino: p. 7, 15 e 23 (*Quechua-Aymara*, Bolívia).
Freddy Alborta: p. 8 e 21, (*Quechua*, Bolívia).
Edson Silva: p. 11 e 4ª capa (escultura de Mérida, Cuzco/Peru).

Composição e Impressão:
Fórmula Gráfica e Editora Ltda., Brasília/DF

Brasília – 1986

PREFÁCIO

De 9 a 13 de setembro de 1985, os bispos responsáveis pela Pastoral Indigenista da América Latina, com alguns assessores, estiveram reunidos em Bogotá, a convite do Departamento de Missões do Celam. Do Brasil participaram do evento o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Erwin Krautler, Bispo-Prelado do Xingu, e o Pe. Paulo Suess, assessor do Cimi, para a América Latina.

*Ao final do encontro, foi elaborado um documento (**Documento de Bogotá**) que procura assumir o grito dos povos indígenas por sua terra e por sua autodeterminação, ao mesmo tempo em que faz seu o desafio do Papa João Paulo II por uma “Evangelificação nova: nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão”. Não podemos evangelizar os pobres, a partir da cultura de opulência. Não podemos anunciar uma Boa Notícia aos povos indígenas, a partir da cultura dominante. Temos de evangelizar os povos indígenas, a partir do seu chão cultural e da sua história. Como conseguir uma inculturação da fé cada vez mais profunda nesta Ameríndia? Essa inculturação que João Paulo II define na sua recente encíclica **Slavorum Apostoli** (nº 21) como a “encarnação do Evangelho nas culturas autóctones e, ao mesmo tempo, a introdução destas culturas na vida da Igreja”.*

O Documento de Bogotá quer ajudar a reflexão das nossas comunidades sobre a sua responsabilidade diante dos sobreviventes indígenas, que, no caso do Brasil, de 5 a 8 milhões, na época da conquista, foram reduzidos a 230 mil indivíduos. O Documento, aqui apresentado na sua íntegra, ajuda também a aprofundar o tema da Campanha da Fraternidade de 1986: "Terra de Deus, Terra de Irmãos". A terra, "onde nutrimos nossa vida e construímos nossa história, é hoje mal utilizada pelo homem. Tornou-se causa de sofrimento, empobrecimento da maioria e enriquecimento de alguns, morte de muitos e ameaça para todos. Dom maravilhoso de Deus, ela requer, porém, a participação de todos para estar a serviço de uma vida verdadeiramente humana. A história o comprova: sem fraternidade, fruto de conversão, não haverá terra para todos" (Doc. CF/1986, nº 8).

A causa indígena é um desafio para toda a Igreja e a sociedade nacional. É o desafio da experiência pascal e da doação de amor até as últimas conseqüências. É o desafio que rasga a cortina da morte, pela certeza de vida e ressurreição. É o desafio da conversão. Só na conversão sincera e na solidariedade recuperaremos, face aos povos indígenas, a fraternidade perdida.

Dom Luciano Mendes de Almeida

EVANGELIZAÇÃO A PARTIR DOS POVOS INDÍGENAS

Ao aproximar-se a celebração do meio milênio do início da evangelização da América Latina, o Papa lançou à Igreja do Continente um desafio: comprometer-se numa "Evangelização nova". "Nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão" (*Discurso na XIX Assembléia do Celam*).

A proposta do Papa motivou os responsáveis pela evangelização dos povos indígenas na América Latina a voltar os olhos ao que se está realizando neste campo e a projetar-se para o futuro com novo ânimo e renovados propósitos.

Para isto, e convocados pelo Departamento de Missões do Celam, reunimo-nos durante uma semana, os Bispos representantes de doze países latino-americanos, onde existem grupos maiores de indígenas, para fazer uma serena revisão da situação atual destas minorias e da pastoral que com elas se está realizando.

Este trabalho é fruto desta reflexão. Modestamente, como um compromisso, queremos apresentá-lo a todas as Igrejas do Continente, esperando que sirva de inspiração ao importante trabalho de acompanhamento de nossos aborígenes na busca de sua identidade cultural e religiosa.



PRIMEIRA PARTE

SITUAÇÃO DOS POVOS ÍNDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA

1 – POPULAÇÃO

1. Existem, hoje, diferentes critérios para identificar os descendentes dos povos aborígenas da América.

Os parâmetros para definir a indianidade têm por base, algumas vezes, critérios culturais ou sociais; outras vezes, de sangue ou parentesco.

Na presente visão pastoral chamamos indígenas a um setor importante da população latino-americana – uns 40 milhões de irmãos – que se identificam como pertencentes a grupos étnicos, geralmente de camponeses, silvícolas ou emigrados aos cinturões de miséria de nossas cidades que, estruturalmente, vivem fora da sociedade ocidentalizada, ou em processo diferenciado de integração à mesma.

Apresentam alguns traços comuns, que são:

- Ser descendente dos aborígenes ameríndios.
- Manter uma relação vital com a terra.
- Ter um forte sentido comunitário e religioso.
- Conservar em maior grau sua própria língua.
- Conservar certas peculiaridades em suas formas de vida familiar, de vestir, de alimentação, de saúde e de educação.

2. Parece-nos questionável a tentativa de alguns governos de nosso continente para substituir em suas legislações o nome de “índigena” pelo de “camponês” ou “marginalizado”, uma vez que isto manifesta, por um lado, uma política integracionista, que tende a apagar a identidade dos povos aborígenes e, por outro lado, manifesta uma certa obsessão pela identidade nacional, como se algum povo latino-americano tivesse de se envergonhar da mais autêntica de suas raízes: a indígena.

3. Sob o ponto de vista demográfico, constatamos duas realidades em contraposição:

- Globalmente consideradas, as etnias ameríndias vêm apresentando um claro crescimento demográfico, alcançando hoje o significativo número de mais de 40 milhões de pessoas.
- Mas, em contrapartida, continua apresentando-se o inaceitável fenômeno de etnias que decrescem e tendem a desaparecer.



Os fatores que contribuem para o crescimento demográfico da população indígena são, principalmente:

- Uma forte coesão familiar e comunitária.
- Uma superior valorização da vida humana.
- Uma clara vontade de sobreviver, apesar de todas as adversidades.
- Uma convicção de que os filhos são ajuda e não uma carga.
- Uma vida mais natural e sadia.
- Certo acesso aos planos de saúde, especialmente no que se refere à medicina preventiva.

Já o processo de extinção de algumas etnias têm os seguintes fatores propulsores:

- A mestiçagem.
- O crescente esbulho das terras.
- A imposição de planos de controle de natalidade e até de esterilizações, animadas, às vezes, por agências e seitas de origem norte-americana.
- Alto índice de mortalidade infantil, que chega, às vezes, a 50%.
- O isolamento e abandono em que se encontram alguns grupos étnicos.
- A fome, provocada pelo desequilíbrio ecológico e econômico, proveniente do contato com o sistema consumista reinante.

2 — TERRA

A diversidade de concepções sobre a vida e sobre a função da terra provoca as maiores injustiças da sociedade dominante sobre o mundo indígena.

Com efeito, para a sociedade dominante, a terra é um mero meio de produção, um capital, uma mercadoria, que se compra e que se vende.

Para o indígena, por sua vez, que se sente filho da terra-mãe, esta é a base de toda a sua cultura e, portanto, é fonte de sua subsistência, raiz de sua organização familiar e comunitária e fonte de sua relação com Deus.

Em consequência, a expulsão das terras, de qualquer forma que se faça, implica, de fato, para os indígenas, fazê-los desaparecer como povo (etnocídio) e como pessoas (genocídio).

3 — AS RELAÇÕES COM OS GRUPOS DOMINANTES

As relações existentes entre grupos dominantes e etnias indígenas se caracterizam por uma constante e injusta desigualdade, que chega a ser, às vezes, verdadeira agressão, em diferentes aspectos:

No terreno econômico se dá a exploração do trabalho dos indígenas, a expulsão de suas terras, a imposição de programas que lesam os interesses das comunidades indígenas e a criação de polos de desenvolvimento que os desalojam.

- No terreno sócio-político, não se dá o reconhecimento jurídico das terras que ancestralmente lhes pertencem. Faltam leis que respaldem seus direitos e, em alguns casos em que as leis existem, não são cumpridas. Relegam-se as comunidades indígenas e seus legítimos representantes quando se tomam decisões.
- No terreno educativo, se oferece aos indígenas não a educação reivindicada constantemente por eles, mas uma educação alheia e alienante.
- Finalmente, no terreno da saúde, não têm acesso a serviços adequados às suas necessidades e à sua cultura e se despreza o tesouro existente em sua medicina tradicional.



A principal causa desta situação é a cadeia de exploração que se inspira nos princípios do neoliberalismo econômico, cujo motor é a acumulação da riqueza em poucas mãos. Tal cadeia tem sua origem nos centros imperialistas e se impõe aos governos nacionais e até à Igreja, reproduzindo-se, em cada país, em todos os níveis, inclusive nas comunidades indígenas.

Um fator que contribui à implantação deste sistema nas etnias é a fascinação e a ambição de alguns indígenas diante do consumismo do ter.

4 – PASTORAL

Não pretendemos negar que, no passado, também na Igreja existiram atitudes marcadas pelo pecado da agressão cultural; e, em muitas ocasiões ela foi germe de aculturação ao impor-se às religiões autóctones, sem o devido discernimento. Conseqüência desta realidade são, hoje, a ausência do clero e de igrejas autóctones. São ainda muito poucos os agentes de pastoral que falam a língua nativa, embora recentemente se venha suscitando entusiasmo por aprendê-las e por preparar-se melhor para o serviço das comunidades indígenas; a liturgia continua alheia às culturas nativas e, em geral, a pastoral com os indígenas ainda se encontra isolada, fazendo-se urgente a organização de uma pastoral de conjunto especificamente indígena.

Com tudo isto, da parte da Igreja, tem havido apoio e acompanhamento pastoral à justa luta de alguns povos indígenas que defendem seus direitos e procuram firmar-se como tais. Por esta causa, alguns membros da Igreja chegaram a dar a vida.

Mas ainda prevalece na Igreja latino-americana uma pastoral indigenista que converte o índio em objeto receptor e não em sujeito criador de seu processo de evangelização e promoção humana integral – embora já estejamos a caminho da construção de uma pastoral autenticamente indígena.



SEGUNDA PARTE

REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO INDÍGENA

A Igreja considera, hoje, horizonte para “sua missão, que é de iluminar o mundo inteiro com a mensagem evangélica”, o incentivo da paz e a promoção da comunidade fraterna e de “reunir em um único Espírito todos os homens de todas as nações e culturas”. (GS 92)

A América Latina, continente pluricultural, é um desafio a esta missão evangelizadora da Igreja. E, se o projeto de fraternidade entre os povos chegar a se realizar, nosso Continente constituiria um sinal para toda a humanidade.

*Os povos
indígenas,
um desafio
para a Igreja*

Na América Latina encontramos, junto de culturas mestiças (Cf. Puebla 446), a existência de numerosos povos e comunidades indígenas, caracterizados pela riqueza de suas próprias culturas, mas, ao mesmo tempo, não só ameaçados, mas positivamente agredidos por novas culturas economicistas, urbano-industriais e estrangeiras com um projeto homogeneizante. (Cf. Puebla 418).

Os bispos reunidos em Puebla tomaram consciência desta realidade e fizeram sua opção preferencial pelos pobres (Cf. n. 1134–1165) definindo um projeto de evangelização que, a partir de Jesus Cristo, salve a identidade do Continente e de cada um de seus povos. (Cf. Puebla 411)

*O projeto
de Puebla*

Este projeto traçado pelos bispos consiste na adaptação do mandato do Senhor aos problemas e necessidades de nosso Continente. Ele nos disse: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a todos os povos” (Mt 28, 19). O objetivo deste mandato, como disse São Paulo, é recapitular fraternalmente

todas as coisas do céu e da terra em Cristo (Cf. Ef 1, 10), mas sem negar a identidade de nenhum dos povos, porque "fiz-me judeu com os judeus e gentio com os gentios, para salvar a todos em Cristo". (Cf. 1 Cor 9, 19-23)

Tanto este processo novo de evangelização na América Latina, como o despertar da consciência da dignidade da pessoa humana e de cada um dos povos, ajudou a América Latina a dar-se conta de seu direito de partilhar como povos no concerto das nações e na própria Igreja.

Por este motivo, e tendo presente a realidade dos povos indígenas, fizemos as seguintes reflexões.

1 — PRESENÇA DE CRISTO NAS CULTURAS E COMUNIDADES

Desde a criação do mundo, Deus está presente no interior da comunidade humana, que fez à sua imagem e semelhança. (Cf. Gen 1, 26ss) Essa presença do Senhor se faz mediante a sua Palavra, que unifica a comunidade humana no



desenvolvimento da cultura, na qual os povos encontram sua identidade. (Cf. Jo 1,3) A Palavra de Deus é semente escondida no coração de cada cultura (Cf. LG 5), e, muitas vezes, se encontra oprimida e deformada pela ação do pecado interior à comunidade ou imposto por estruturas externas de opressão. (Cf. João Paulo II, Discurso aos indígenas em Quetzaltenango n. 3)

Mas Deus continua presente e atua no coração de cada cultura (Cf. Puebla 221), amando a comunidade e com um projeto salvífico sobre a totalidade de sua vida.

2 — CULTURAS AGREDIDAS NA AMÉRICA LATINA

No interior do continente latino-americano aparece uma diversidade de culturas. Entre estas, encontram-se as culturas próprias das comunidades indígenas que há 500 anos vem sendo sistematicamente oprimidas, de tal modo que podemos chamá-las de culturas agredidas pela ação colonizadora, que sobre elas vêm-se desenvolvendo até o presente.

Nossa Igreja, em Puebla, ao optar preferencialmente pelos pobres, sente-se com maior obrigação de optar pelos "mais pobres entre os pobres" (n. 34) que estão integrados entre eles por estas comunidades indígenas, assim como pelas comunidades afro-americanas.

Nelas se encontra, não só a semente do Verbo, mas a presença do Cristo pobre e crucificado, que nos permite uma visão cristã e humana do ser destas comunidades.

Frente a uma atitude etnocêntrica e etnocida contra estas comunidades, os olhos do Cristo pobre nos fazem reco-



*Cristo crucificado
nas culturas*

nhecer que estes povos são humanos, cultos, adultos, em processo de salvação. Os povos indígenas têm o pleno direito de manter seu próprio ser e sua cultura e de participar na marcha histórica do Continente e da humanidade. (Cf. João Paulo II, *Discurso em Oaxaca*).

O Cristo pobre e crucificado, que se encontra no seio destas comunidades, quer sair à luz, crescer, ressuscitar e, com sua ressurreição, fazer ressuscitar, também, estas comunidades desprezadas e oprimidas.



Identidade

A identidade vital de toda comunidade está constituída por sua própria cultura. Resgatar a cultura destas comunidades é salvar a totalidade de seu mundo em todas as suas expressões. Assinalamos algumas característi-

das fundamentais destes povos. São descendentes dos povos ameríndios; estabelecem um sistema especial de relação com a terra e com a vida; são essencialmente comunitários; possuem uma vivência religiosa profunda e totalizante, e têm formas culturais com altíssimos valores.

3 — DESCENDENTES DOS ABORÍGENES E AMERÍNDIOS

As comunidades indígenas, ao contrário de outras comunidades existentes no Continente, são o prolongamento histórico dos primeiros povos que tomaram posse da terra do Continente e nela se desenvolveram. Foram povos que forjaram importantes culturas e civilizações. Desenvolveram organizações sociais admiráveis; estruturaram religiões notavelmente teológicas.

Foram os primeiros

Atualmente muitas comunidades indígenas conservam em seu coração e em sua memória a história de seu passado e amadureceram progressivamente a cultura original; outras, no entanto, lamentavelmente, não puderam resistir aos processos de perda da própria cultura e, hoje, se encontram em decadência, mas desejosos de recuperar sua vitalidade cultural.

Memória histórica

4 — RELAÇÃO VITAL COM A TERRA

Estes povos mantêm com a terra uma relação mística, consideram-na sua mãe, de tal modo que, como afirmam, não são eles os que possuem a terra, mas é a terra que os possui; mais ainda, os indígenas são a terra. Por isto, há nessas comunidades um amor arraigado à sua terra e um profundo respeito ecológico.

Filhos da terra

*Terra
profanada*

Hoje, sentem-se desapontados quando, frente a sociedades economicistas, observam que a terra foi profanada, transformada em uma mercadoria. Isto tem como conseqüências um esbulho sistemático e progressivo de seus territórios e produz neles, não só a morte de suas culturas, como também de suas próprias comunidades e de seus membros. É o crime do etnocídio e genocídio perpetrado pelas sociedades dominantes.

*Direito
à terra*

Para as comunidades indígenas, trabalhar a terra tem um sentido profundamente humanizante, dado que, mediante dito trabalho, não só se constrói, mantém e desenvolve a comunidade, mas se respeitam os ritmos profundos da vida e o equilíbrio da ecologia que lhes garante a sobrevivência. É uma maneira própria de cumprir o mandato do Senhor: "Dominem a terra". Além disso, bendizem, assim, o dom que nela receberam da parte de Deus.

Por isto, o magistério da Igreja defende o direito ancestral que têm os indígenas sobre seus próprios territórios. "Sei que tendes sofrimentos, porque sendo há tempos imemoriais os donos pacíficos destes bosques e destas grandes planícies, vós vedes com freqüência despertar a cobiça dos recém-chegados, que ameaçam as vossas reservas". Por isto, "o irrenunciável respeito ao vosso meio ambiente, pode, às vezes, entrar em conflito com exigências como a exploração de recursos. É um conflito que lança a numerosos povos um verdadeiro desafio, e para o qual é preciso encontrar soluções que respeitem as necessidades das pessoas, acima das razões exclusivamente econômicas". (*Discursos de João Paulo II em Iquito, n. 4, Perú, e Latacunga, n. 3, Equador*).

5 — ESSENCIALMENTE COMUNITÁRIOS

*Comunidades
solidárias*

As pessoas e as famílias indígenas vivem para a realização vital da comunidade. A comunidade se volta para a realização plena das pessoas e das famílias como um único povo.

O que mobiliza a vida comunitária é a solidariedade fraterna que integra pessoas e famílias na unidade de um povo, no qual, não só são iguais, mas irmãos. Por este motivo, estas comunidades rejeitam tanto o individualismo egoísta das sociedades capitalistas, como o coletivismo dos socialismos históricos de origem europeia.



A ação agressiva da sociedade dominante tende, positivamente, a destruir o que mais caracteriza estas culturas, que respondem ao projeto salvífico de Deus, que fez o homem para ser comunidade e para ser povo. O próprio Deus é comunidade, e, na história da salvação, mostra-se como gerador do Povo de Deus.

*Unidade
agredida*

Esta vivência comunitária pode renovar a Igreja e contribuir para a construção de uma sociedade mais humana e fraterna.

6 – POVOS GLOBALMENTE RELIGIOSOS

*Deus na
natureza e
na comunidade*

Todas as suas experiências, nas relações com a natureza e a comunidade, são vivências religiosas em seu sentido profundo. A terra e o trabalho são uma presença e ação de Deus, que os povos cultivam e desenvolvem, cada dia, e celebram liturgicamente em uma infinidade de ritos e festas, estabelecendo uma comunhão entre a natureza, o trabalho e a generosidade dadivosa de Deus.



*Presença
de Deus
ameaçada*

Qualquer secularismo, mercantilismo e esbulho da terra, praticamente se convertem numa destruição direta da comunidade e da presença e ação de Deus nelas.

Por conseguinte, estas ações da sociedade dominante são um aniquilamento da vida religiosa destas comunidades

que constituem a razão de sua vida, de sua presença na história e de sua orientação transcendente.

7 — TAREFA EVANGELIZADORA DA IGREJA

Tendo em conta as características das comunidades indígenas e a situação difícil, dura e trágica em que se encontram, nossa Igreja há de ser fiel ao mandato de Jesus de evangelizar todos os povos e, concretamente, em nosso caso, as comunidades indígenas que têm o direito de ser evangelizadas, e que, explicitamente, o pedem e o exigem em muitas ocasiões.

*Mandato
de Jesus*

A Igreja há de assumir sua missão evangelizadora de fazer Jesus presente no meio das comunidades indígenas, mas com uma evangelização integral que, respeitando a identidade cultural de cada uma das comunidades, colabore com elas, para que alcancem a plenitude de vida que lhes corresponde, conforme o projeto de Deus e os direitos inerentes a todas as minorias étnicas. Muito mais, quando as atuais comunidades indígenas mantêm direitos anteriores, ainda que não sejam reconhecidos, transmitidos de geração em geração pelas comunidades primeiras de nosso Continente. Isto vale, também, quando os grupos indígenas são majoritários.

*Respeito
à identidade*

A evangelização integral terá de ser desenvolvida pela Igreja, seguindo as orientações dadas por *Evangelii Nuntiandi* e por *Puebla* e que, ultimamente, têm sido confirmadas por João Paulo II; há de ser, por uma parte, promotora da libertação das atuais comunidades indígenas (cf. *João Paulo II, Discurso em Fort Simpson, n. 7*) para a constituição de nacionalidades indígenas, dentro dos respectivos países e nações; por outra parte, há de ser promotora, também, do nascimento de Igrejas particulares autóctones (cf. *Discurso de João Paulo II, em Quetzaltenango, n. 3*) que dêem origem a uma nova imagem da Igreja latino-americana pluricultural.

*Nacionalidades
indígenas
e Igreja
pluricultural*

8 – IGREJAS PARTICULARES AUTÓCTONES

Formação de Igrejas autóctones

Como os Apóstolos, no início da evangelização, não fundaram Missões, mas suas missões fizeram nascer Igrejas particulares em nosso Continente, assim a Igreja há de colaborar para o nascimento de Igrejas particulares indígenas com hierarquia e organização autóctones,

com teologia, liturgia e expressões eclesiais adequadas a uma vivência cultural própria da fé, em comunhão com outras Igrejas particulares e com Pedro. Desta maneira, se expressará, em nosso Continente, a autenticidade e catolicidade de uma Igreja que, conforme o Concílio Vaticano II (*cf. LG 22*) e o magistério de João Paulo II, se encarna em todas as culturas.



TERCEIRA PARTE

COMPROMISSOS

Neste momento histórico da América Latina, escutamos o grito dos povos indígenas, que se eleva aos quatro pontos cardeais de nosso Continente. É o grito que exige o reconhecimento e a garantia ao direito inalienável de possuir suas terras. A terra, para eles, é não somente um território geográfico ou um meio de produção; é, sobretudo, um espaço religioso com o qual mantém relações místicas, lugar de seus mitos, de sua história e de seus antepassados, de suas celebrações e festas; finalmente, o lugar de sua esperança e de sua identidade.

*Clamor
pela terra*

Escutamos também o clamor dos povos indígenas por sua autodeterminação, e nos comove o grito de seus líderes assassinados, mártires que se empenharam na organização de seus povos e na articulação de alianças entre todo os oprimidos.

*Clamor pela
autodeterminação*

Estes gritos pela sobrevivência e pela vida ferem-nos profundamente, porque queremos ser pastores comprometidos, na busca da "vida em abundância" (Jo 10, 10) para nossos povos indígenas.

1 — LINHAS PASTORAIS

Por isto, assumimos, como uma expressão de nosso compromisso pastoral, as seguintes linhas pastorais:

1.1. Trabalhar infatigavelmente pelo resgate das culturas indígenas, pois consideramos que a cultura de cada povo é algo essencial, fundamental e, ao mesmo tempo, globalizante de todos os valores próprios.

1.2. Defender as terras dos povos indígenas, e recuperá-las; sabendo que a posse pacífica destas terras é condição indispensável para sua libertação integral.

1.3. Apoiar a luta pela legítima autodeterminação, em favor da identidade étnica, tão intimamente ligada à posse de suas terras.

1.4. Assumir as culturas indígenas num esforço renovado de inculturação da fé e dos agentes de pastoral.

1.5. Promover a formação das Igrejas particulares, com traços culturais específicos em seus ministérios e em sua liturgia.

1.6. Apoiar os povos indígenas em sua identidade, cuja busca se observa em toda a América Latina.

2 — AÇÕES GERAIS

Em conseqüência, comprometemo-nos decididamente às seguintes ações gerais:

2.1. Apoiar o surgimento de organizações indígenas que representem os legítimos anseios destes povos.

2.2. Respaldar as organizações indígenas existentes, em suas lutas pela defesa da terra e da autodeterminação de seus povos.

2.3. Apoiar a unidade do movimento e organizações indígenas em nossos respectivos países e a nível continental.

2.4. Rejeitar e denunciar as políticas indigenistas que escondem propósitos etnocidas, sob o pretexto de “civilizar”, a partir de uma visão etnocêntrica, de utilização “racional” da terra, de unidade, de segurança nacional, de integração ou de planejamento familiar.

2.5. Exigir dos respectivos governos a abolição de leis nocivas ou francamente eliminatórias dos indígenas, lutando, ao contrário, pela promulgação e execução de leis justas, defensoras de seus legítimos direitos.

3 — AÇÕES ESPECIFICAMENTE PASTORAIS

Reconhecemos no ressurgir dos povos indígenas como sujeito histórico, um sinal de Deus nos tempos de hoje, que interpela nossas Igrejas. Por isto, também, e, muito especialmente, nos comprometemos às seguintes ações especificamente pastorais:

3.1. Compartilhar, cada vez mais, as responsabilidades eclesiais com os indígenas.

3.2. Criar um departamento de pastoral indígena ou indigenista, específico, integrado e assumido na pastoral de conjunto diocesana.

3.3. Respaldar a nível das Conferências Episcopais a causa indígena e as preocupações pastorais a ela ligadas, mesmo nos países onde os indígenas são minoria.

3.4. Destinar suficientes agentes de pastoral e prepará-los, de modo adequado, para trabalhar em tempo integral nesta pastoral específica.

3.5. Animar estes agentes de pastoral para que, na convivência com os indígenas, aprendam sua língua, conheçam seus costumes, estudem seus mitos, tradições, símbolos, etc.

3.6. Fomentar o surgimento de ministérios e serviços autóctones, mediante programas adequados de formação, que, respeitando suas culturas, os capacitem para melhor servir a suas comunidades.

3.7. Apoiar, por todos os meios a nosso alcance, a inculturação da liturgia, tarefa dos ministros autóctones em suas Igrejas e em união com o Bispo.



4 — FÉ, AMOR E ESPERANÇA A PARTIR DOS POVOS INDÍGENAS

Finalmente, professamos nossa fé no futuro dos povos indígenas como povos diferenciados das sociedades nacionais. Comprometemo-nos, no Senhor, a trabalhar com amor que vai até os confins da terra e até as últimas conseqüências.

Estamos convencidos de que os povos indígenas da América representam uma esperança para toda a Igreja e para o futuro da humanidade.

Bogotá, 16 de setembro de 1985

Assinamos como responsáveis pela Pastoral Indigenista em nossas respectivas Conferências Episcopais:

† Próspero Penados del Barrio
Arcebispo de Guatemala
Presidente do Departamento
de Missões do Celam

† Roger Aubry
Bispo Vigário-Apostólico de Reyes
Bolívia

† Bartolomé Carrasco B.
Arcebispo de Oaxaca-Antequera
México

† Leónidas Proaño
Bispo Emérito de Riobamba
Equador

† Miguel Caviedes Medina
Bispo de Osorno
Chile

† Geraldo Flores Reyes
Bispo de Verapaz-Cobán
Guatemala

† Erwin Krautler
Bispo Prelado do Xingu
Brasil

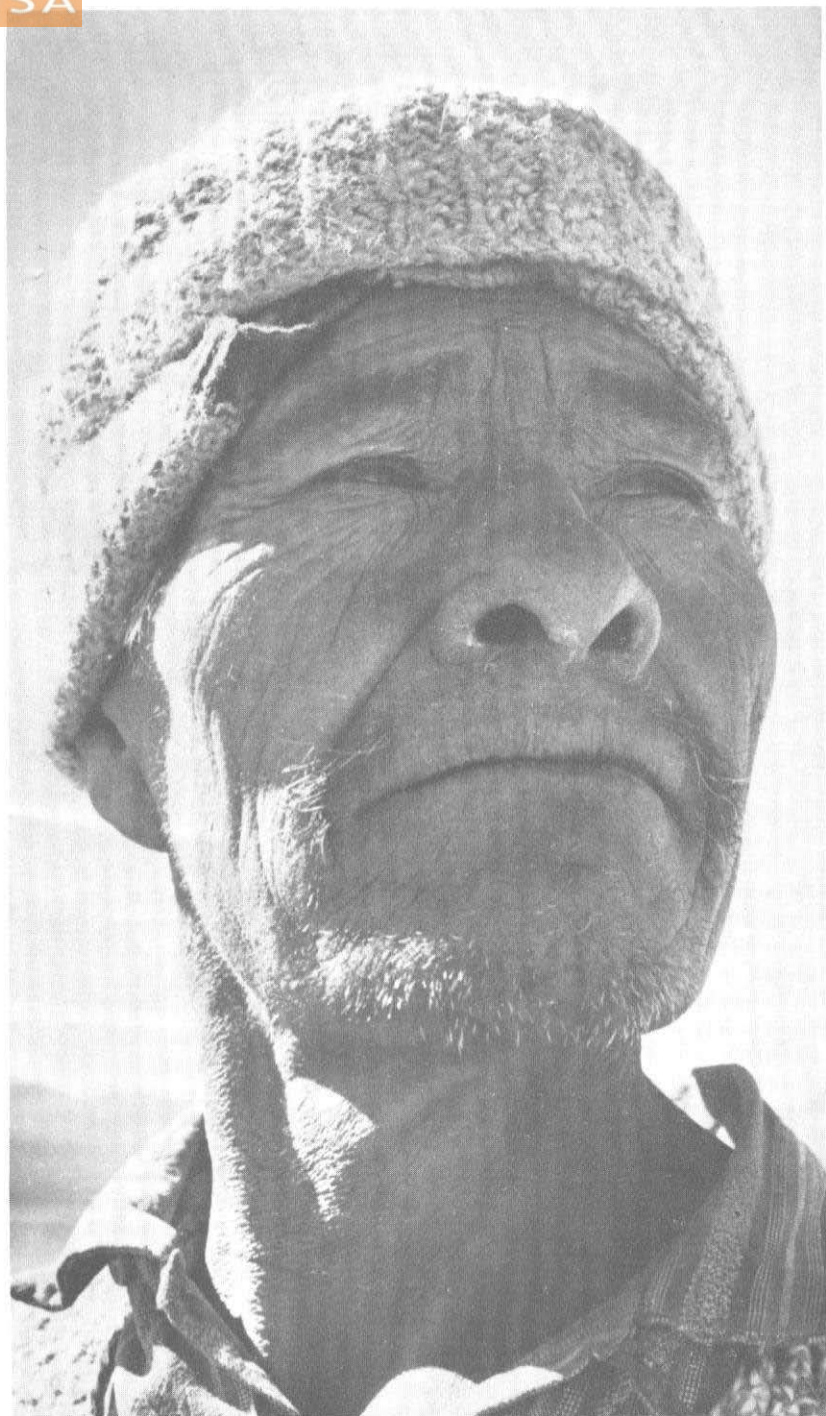
† Agustín Ganuza
Bispo Prelado de Bocas del Toro
Panamá

† Jesús Calderón Berrueto
Bispo de Puno
Peru

† Germán García Isaza
Prefeito Apostólico de Tierradentro
Colômbia

† Enzo Ceccarelli
Bispo Vigário-Apostólico
de Puerto Ayacucho - Venezuela

Pe. Antonio González Dorado
Representante do Paraguai





ESCULTURA: Merida/Cuzco/Peru – "ÍNDIO CRUCIFICADO"